

“ESTAMOS BARRANDO A IMPLEMENTAÇÃO DA REFORMA TRABALHISTA REFORÇANDO AINDA MAIS A AÇÃO NA BASE”

Afirmou o diretor de Finanças do Sintricom de João Pessoa e Regiões, e presidente da CUT-PB, Paulo Marcelo de Lima

A Reforma Trabalhista, aprovada ano passado, veio para acabar com as conquistas da classe trabalhadora em favor do capital. No ramo da construção isso não está sendo diferente: a qualquer custo, os patrões querem garantir que seja implantado o retrocesso para usufruírem de todos os “benefícios” que representam para o bolso deles.

Para vencer esta queda de braço não há receita mágica, garante o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil, Pesada, Montagem e do Mobiliário de João Pessoa e Regiões (Sintricom), que envolve as cidades de Alhandra, Bayeux, Caaporã, Cabedelo, Conde, Espírito Santo, Guarabira, João Pessoa, Lucena, Mamanguape, Mari, Reio Tinto, Santa Rita e Sapé. O fundamental é redobrar a presença nos canteiros de obra.

PUJANÇA - “Estamos conseguindo barrar a implementação da Reforma Trabalhista reforçando ainda mais a ação na base. É um trabalho muito forte, de 30 anos, que a categoria reconhece e o patronato respeita”, declarou Paulo Marcelo de Lima, diretor de Finanças do Sintricom e presidente da CUT-Paraíba.

DESEMPREGO - Apesar do peso da crise no estado, uma vez que a categoria perdeu mais de 50% dos postos de trabalho regulares em obras públicas e incor-



Paulo Marcelo de Lima (à direita) e o presidente do Sintricom, José Laurentino, visitando os canteiros de obras (acima e abaixo)



poradoras nos últimos três anos, o Sintricom manteve uma estratégia de “acelerar o diálogo com o trabalhador”. A capacidade de mobilização e a força coletiva demonstrada na histórica greve de 2010,

com a vitoriosa paralisação de 23 dias, ressaltou Paulinho, “precisa estar bem presente nesta hora em que alguns empresários querem que o trabalhador coloque a corda no pescoço”.

PREPOTÊNCIA PATRONAL PARALISOU CAMPANHA SALARIAL HÁ SETE MESES

A campanha salarial deste ano está travada há sete meses, denunciou Paulinho, porque há uma cláusula em particular que tem um peso econômico muito forte, que é a da homologação da rescisão no Sindicato, que o patronato quer apagar. “Esta é uma conquista de 30 anos, que não abrimos mão. Os empresários dizem que somos muito exigentes quanto aos direitos e há um debate ferrenho. Mas se não é para fazer com que a lei seja cumprida, para que Sindicato?”, questionou.

RAZÕES - “O patrão não quer que ela seja feita no Sintricom. Mas, por quê?”, explicita José Laurentino, presidente da entidade, “porque assim o Sindicato não irá conferir e exigir (quando necessário) o



Categoria realizará nova Assembleia no dia 22 de agosto

cumprimento do pagamento de todos os direitos do trabalhador como a multa do 477 (das verbas rescisórias), a aplicação do artigo 9º (o empregado dispensado, sem justa causa, no período de 30 dias que antecede a data de sua correção salarial, terá direito à indenização adicional equivalente a um salário mensal, seja ele optante ou não pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, entre outros).

com a vitoriosa paralisação de 23 dias, ressaltou Paulinho, “precisa estar bem presente nesta hora em que alguns empresários querem que o trabalhador coloque a corda no pescoço”.

No dia 22 de agosto, às 18 horas, o Sintricom realizará uma Assembleia Geral na sede da entidade para tomar uma decisão sobre a campanha salarial.

IMPOSIÇÕES - Há outros pontos que o patronato quer impor na marra como o Banco de Horas, a redução da hora de almoço para, apenas, 30 minutos e o trabalho intermitente, contratando para serviços esporádicos e pagando somente pelas horas trabalhadas.

Além disso, os patrões, durante todo esse período de negociação, não apresentaram nenhuma proposta de reajuste salarial para a categoria. Ou seja, além de retirar os benefícios conquistados ao longo de anos de luta, estão oferecendo reajuste zero.

BASTA DE ARROCHO E DESEMPREGO: 10 DE AGOSTO É DIA DE PARALISAÇÕES E MOBILIZAÇÕES PELO BRASIL

CUT e demais centrais sindicais preparam grandes manifestações contra o desgoverno

A CUT e as demais centrais sindicais estão convocando a classe trabalhadora para realizar no próximo 10 de agosto o Dia do Basta. Serão paralisações, atrasos de turnos e atos nos locais de trabalho e nas praças públicas de grande circulação de todo o país, para denunciar a política de arrocho, desemprego, privatização e retrocesso nos direitos implementada pelo desgoverno golpista de Temer. Em São Paulo, uma grande manifestação na Paulista, em frente à Fiesp, ocorrerá a partir das 10 horas.

CAMINHO - "Basta de desemprego, basta de retirada de direitos, basta de privatizações, basta de aumentos abusivos nos preços dos combustíveis, basta de sofrimento para o povo brasileiro", declarou o secretário-geral da CUT, Sérgio Nobre, frisando que, acima de tudo, "será um dia de luta pelo país". O fato, ressaltou o líder cutista, é que "a desesperança tomou conta do povo brasileiro, por isso é urgente essa luta. O Brasil tem de repensar o seu caminho, porque o que está sendo trilhado é o da tragédia, da exclusão social e do desemprego".

TERROR - Após o golpe, nosso país já contabiliza 28 milhões de desempregados e os postos de trabalho gerados são precários graças à reforma trabalhista. "Dá para perceber que, em todos os estados, as pessoas estão perdendo o emprego. Cada família tem dois ou três desempregados e, com o desmonte das políticas públicas e o congelamento dos investimentos públicos, o que se vê é cada vez mais pessoas e até famílias inteiras dormindo na rua", afirma Sérgio.



13,2 MILHÕES DE DESEMPREGADOS GOVERNO TEMER É RESPONSÁVEL!

10 DE AGOSTO DIA DO BASTA!

CUT BRASIL
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

TRABALHADOR NA INFORMALIDADE TEM RENDIMENTO 33% MENOR

Os trabalhadores informais, aqueles que se viram por conta própria, há menos de dois anos têm remuneração, em média, 33% menor do que os que já estavam nesse tipo de ocupação, aponta a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua de 2017, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

PIORA - Além disso, as categorias como um todo tiveram queda de rendimentos, piora no perfil de vagas criadas e redução no acesso ao sistema de aposentadorias.

Na ampla recessão em que o país se encontra, o número de trabalhadores que

deixaram o emprego formal com carteira assinada e entraram no ramo do trabalho por conta própria aumentou drasticamente: só em 2015 e 2016, foram mais de cinco milhões de pessoas a migrar para essa posição.

REDUÇÃO - De 2016 para 2017, o contingente de profissionais com carteira no setor privado diminuiu em quase 1 milhão de pessoas, redução de 2,8%, enquanto o total de ocupados sem carteira e por conta própria subiu 5,5% e 0,7%, respectivamente. Para piorar, a renda real deles caiu 0,6%.

PRECARIZADAS - Isso pode ser explicado também porque, segundo o levanta-

tamento feito pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), mais da metade (52%) dessas pessoas passou a desempenhar atividades consideradas "elementares", como faxineiros, ajudantes e preparadores de comidas rápidas.

DIMINUIÇÃO - Esse tipo de trabalho, com a renda comumente mais baixa do que a de setores mais qualificados, gera outro problema. Com a renda diminuída, 77,4% daqueles que trabalham por conta própria há menos de dois anos não têm CNPJ, nem contribuem no momento com a Previdência Social, de acordo com o Dieese.

FAMÍLIAS E EMPRESAS GASTARAM 475 BILHÕES COM JUROS EM 2017

O estudo "Juros e Inadimplência no Brasil 2015-2017" aponta que, somente no ano passado, as empresas e as famílias brasileiras pagaram o montante de R\$ 475,6 bilhões em juros, o que significa um aumento real de 11,8% na comparação com o ano anterior. Esse valor corresponde a 7,3% do Produto Interno Bruto (PIB).

Isso ocorreu em meio à recessão, que devastou o país, provocou o desemprego em massa e a quebra de empresas produtivas. Em meio a essa catástrofe, só o

ganho dos bancos, fundos estrangeiros, e demais parasitas que povoam o setor financeiro, continua em alta.

IMPACTOS - O levantamento foi feito pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (Fecomercio-SP) com base em informações disponibilizadas pelo Banco Central a respeito dos impactos recentes do crédito - ou da falta de crédito - sobre as empresas e as famílias.

Apenas as famílias pagaram R\$ 354,8

bilhões em juros no ano passado. Esta soma do gasto com juros pelas famílias representa 372 milhões de vezes o valor do salário mínimo atual (R\$ 954) ou "8,6 vezes o custo das obras da Olimpíada do Rio de Janeiro (R\$ 41 bilhões)".

O montante pago em juros foi 17,9% superior, em termos reais (descontada a inflação), ao gasto realizado em 2016 (R\$ 301 bilhões), e representou 10,8% da renda anual das famílias, superior às despesas com educação e vestuário, somadas.